

Tenho testemunhando, desde o início do Processo de Bicesse e a assinatura dos seus Acordos, a 31 de Maio de 1991, o longo e tortuoso caminho para a paz em Angola. Foram anos de intenso sofrimento, uma tragédia imensa e única que dilacerou profundamente a alma angolana e o país.

De 1991 aos dias de hoje, tivemos Bicesse, Lusaca e várias rondas de conversações. Todos eles processos preñhes de esperança e de anseios para os angolanos que buscavam a paz.

Vivemos hoje um novo processo, com a assinatura, a 4 de Abril de 2002, do *Memorando de Entendimento* – complementar ao Protocolo de Lusaca – entre as Forças Armadas Angolanas e Forças Militares da UNITA. Trata-se, e é esperança de todos, de um momento importante, por prometer uma nova era para Angola e por constituir, novamente, «resposta aos anseios dos Angolanos, muitos dos quais não chegaram a saber o que é viver com dignidade». Estamos pois perante «uma janela de oportunidades», como o bem o frisou a direcção da revista *Política Internacional*, no amável convite que me endereçou e que muito me honra, para uma abordagem breve sobre o futuro de Angola, num clima de paz e de novas perspectivas para o país.

Como oportunidade de fundo e que deveria nortear toda a acção de reconciliação e reconstrução do país, recorro à citação do historiador angolano Carlos Pacheco ao lembrar José de San Martin, o herói libertador da América do Sul, que «nenhuma sociedade pode viver indefinidamente cultivando os seus rancores e prolongando os seus fatais desencontros».

É chegada a hora do reencontro, da oportunidade à paz e criação de uma sólida auscultação social, cultural, política e económica que permita repensar a forma e o porvir do Estado e da nação angolana.

Exige-se, por isso, como necessidade imperiosa e fundamental, a definição de uma estratégia nacional que releve de uma abordagem global e integrada, na qual os valores humanos, o cidadão e o homem angolano, tão esquecido e tão aviltado nas intempéries das nossas longas guerras, seja o centro e o *pivot* da modernização e desenvolvimento de Angola.

Conseguiremos atingir este objectivo? É um desafio e uma obrigação histórica neste momento único.

Creio, pessoalmente, que tal só será possível desde que, com honestidade e seriedade se aposte no homem; na educação, na formação e numa cultura que permitam que a partir da dimensão inelutável do sentir humano se construa a realidade e o bem-estar social para os Angolanos.

Levanta-se por isso, outra questão fundamental, que possa cerzir um projecto de Estado e de nação que possibilite um diálogo inclusivo e plenamente participativo. É o momento de nos interrogarmos sobre o papel das elites e decisores, entendidas estas, nos termos do Prof. Ernâni Lopes como «uma atitude comum de interpretação e de resposta aos problemas e uma série de entidades organizadas, no interior das quais se realize o trabalho permanente de resposta aos problemas relevantes da sociedade».

Terá Angola essas elites? Elites políticas, intelectuais, religiosas, empresariais, culturais e outras, conscientes do seu papel?...

Penso que há, de facto, uma falta gritante de elites «capazes de produzir racionalidade e orientação para a sociedade». Não seja isto entendido como uma fatalidade. Pois, temos, mesmo assim, um leque variado de homens no interior e exterior do país com vontade e firme paixão de entrega à nação, para que Angola encontre os verdadeiros caminhos de modernização e de desenvolvimento, num quadro que implique existência de «estruturas de suporte destinadas prioritariamente à reflexão e à análise dos problemas da sociedade e que estejam envolvidas e empenhadas na criação de condições que favoreçam a formação e o desenvolvimento continuado das elites sociais».

Só assim estaremos em condições mínimas para enfrentar os grandes desafios do futuro, com linhas de força consensuais, numa estratégia multidisciplinar que nos envolva a todos, através da auscultação e diálogo permanentes, criando paradigmas novos que permitam realçar o progresso e o crescimento da economia e da vida angolana numa base que tenha mecanismos de eliminação do atraso, da pobreza e do subdesenvolvimento. Para tal, o país precisa de objectivos claros, entre os quais se deverá destacar a criação de capacidades nacionais, a necessidade de correcção de fraquezas institucionais, a criação de nichos de boa gestão ou «núcleos duros» que possam protagonizar uma actuação dinâmica, agressiva e

interventora na existência de uma clara política nacional de desenvolvimento, de integração regional e de integração da economia angolana na economia internacional.

Para que assim seja e para que as capacidades nacionais tenham o seu real e efectivo papel, deve ter-se em conta o sentido técnico, a necessidade do aumento da disponibilização de habilidades e transferência de tecnologias, métodos e sistemas. Daí a permanente relação e cooperação com a comunidade internacional. Por outro lado, ter em conta, em sentido institucional, a urgência que o país tem de fazer uso das capacidades técnicas e recursos existentes (exíguos, por sinal), de maneira sustentada. Tudo isto significará «pôr em destaque matérias como elites, liderança e cumprimento de regras, apropriação nacional e legitimidade das instituições, prestação de contas e autonomia das instituições, e incentivos para o desempenho».

Neste quadro, Angola estará, também, em condições bastantes para o desafio da sua plena integração regional na economia internacional, defendendo a promoção do desenvolvimento mediante reformas económicas e reconhecendo a necessidade do estabelecimento de um quadro favorável à liberalização económica, à promoção e defesa do comércio sem discriminação, isto é, o estabelecimento da cláusula de nação mais favorecida, significando igualdade de tratamento para todos e tratamento nacional; a liberalização do comércio mundial, progressivamente e por via de negociação e consenso, com a consequente prosperidade e desenvolvimento que daí possa resultar.

Estaremos assim, penso, perante a necessidade de assumirmos um papel novo, cabendo aos Angolanos a conformação dos melhores destinos e intervenção do país na região e na comunidade internacional, para encontrar de forma harmonizada, homogénea ou na complementaridade, um espaço que dignifique o país e que crie bem-estar para todos os cidadãos.

É responsabilidade de todos os Angolanos!

Luanda, 24 de Maio de 2002

4 de Abril de 2002: VITORINO HOSSI
uma janela de oportunidades!